

Carta Aberta ao Conselho Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso e à População Mato-grossense.

Cuiabá, 20 de agosto de 2012.

Os **Servidores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192** do Estado de Mato Grosso, profissionais trabalhadores a serviço da vida, que desempenham suas atividades diuturnamente no salvamento destas, em respeito à população que sempre defenderam, colocando-se por vezes sob risco de vida, vem ao pleno do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso e à população em geral mostrar as situações de trabalho a que estamos sendo submetidos e que põe em risco a saúde do trabalhador e do usuário do serviço.

Tendo por base os resultados preliminares obtidos a partir dos Diagnósticos Situacionais da Saúde do Trabalhador e da Assistência Farmacêutica, ambos realizados no SAMU, no ano de 2012, nós servidores abaixo assinados, viemos reivindicar as melhorias das condições de trabalho e saúde que seguem elencadas:

1. Não atendimento a solicitação da alteração da carga horária de 30 para 40 horas, levando a diminuição do número de plantões e à ineficiência do serviço e/ou sobrecarga dos servidores, devido ao número insuficiente dos mesmos para cumprimento de plantões. Os servidores com 30 h só podem cumprir 10 plantões mensais;
2. Manutenção inadequada mecânica e elétrica das Unidades de Resgate, pondo em risco a vida os servidores e dos usuários;
3. Desabastecimento de medicamentos e materiais médico hospitalares, colocando em risco a vida dos usuários;
4. Inadequação das condições de armazenagem de produtos de limpeza, alimentos, materiais médico-hospitalares, medicamentos e produtos inflamáveis, proporcionando riscos à vida dos servidores e dos usuários, inclusive com risco de explosão.
5. Central de material esterilizado com processos de limpeza, desinfecção e esterilização comprometidos pela quebra de equipamentos e ausência de materiais para correta esterilização, proporcionando risco de contaminação aos servidores e usuários.

SAMU

6. Ausência de exames periódicos preventivos para os servidores do SAMU;
7. Prédio onde funcionaria a nova central de regulação (antigo Hospital Modelo) e a administração foi interditado por problemas estruturais, impedindo a transferência do SAMU com conseqüente melhoria na prestação de serviços à sociedade;
8. Falta de materiais de limpeza, copos descartáveis, papel toalha e papel higiênico, levando ao uso de gazes para a higiene íntima;
9. Não pagamento de plantão, por ingerência da administração geral da SES;
10. Não pagamento de insalubridade na faixa de risco avaliada;
11. Não pagamento de periculosidade, que já foi avaliada por profissional competente;
12. Água contaminada pela sujeira na caixa d'água, proporcionando risco à saúde dos servidores e dos usuários;
13. Pias e vasos sanitários entupidos e danificados;
- ✓ 14. Exposição a vibração excessiva nas URs;
15. Exposição a temperatura excessiva, uma vez que os ares condicionados das Unidades de Resgates apresentam problemas de manutenção, chegando a temperaturas de 50° C comprometendo a estabilidade dos medicamentos e à saúde dos servidores e usuários, bem como ausência de ares condicionados nos ambientes de repouso, alimentação e áreas de trabalho em quantidade insuficiente e/ou em bom estado de funcionamento.
16. Condições de segurança contra incêndio inadequadas, como extintores com prazo de validade vencido e em quantidade insuficiente;
17. Bases com tamanho do local de trabalho ou de descanso com m²/pessoa insuficiente;
18. Ausência de manutenção predial, com goteiras, paredes sujas e com mofo até mesmo em área de armazenagem e esterilização, iluminação insuficiente, com servidores trabalhando as escuras uma vez que o serviço é 24 h;
19. Local de repouso inadequado, com número insuficiente de camas e/ou colchões, com servidores dormindo no chão, que em período de chuva encontra-se alagado;

20. Local para refeições e preparação de alimentos com estrutura física, utensílios e móveis inadequados ou ausentes, bem como o não fornecimento de café.
21. Fornecimento de alimentação inadequada quanto à qualidade, transporte, vasilhames apropriados, higiene, temperatura;
22. Não fornecimento de EPIs (equipamento de proteção individual), pois os servidores trabalham com roupas comuns, sem uniformes ou com uniformes em condições precárias (rasgados, poidos, desbotados). EPC (equipamento de proteção coletiva) em quantidade inadequada e/ou ausente;
23. Os equipamentos utilizados nos atendimentos aos usuários não apresentam boas condições de uso, pela falta de manutenção preventiva ou quantidade insuficiente;
24. Condições ergonômicas de trabalho inadequadas;
25. Descontinuidade de abastecimento de água, gerando problemas na higienização dos servidores e das URs; impactando indiretamente a saúde dos usuários;
26. Ausência de controle de vetores, com presença de ratos, escorpiões e baratas, colocando em risco a saúde dos servidores e impactando indiretamente a saúde dos usuários;
27. Falta de psicólogo para auxiliar os servidores que vivem sob risco emocional traumático permanente;
28. Cursos de capacitação extensível a todos os setores do SAMU, dificultando a melhoria das condições do serviço que é especializado;
29. Ruído excessivo para tele atendentes, rádio operadores e no interior das ambulâncias levando a diminuição da acuidade auditiva;
30. Deficiência no sistema de rádio comunicação, em decorrência da ausência de sinal, gerando atendimento inadequado;
31. Ausência de sistema informatizada para cadastro das ocorrências;
32. Contrariedade dos servidores referente a privatização dos serviços do SAMU pela entrada de OSS.

Queremos ressaltar que a situação acima diagnosticada pode proporcionar:

- Risco à saúde e à vida do paciente, com agravamento do quadro clínico e conseqüente diminuição da qualidade de vida;



- Aumento do custo hospitalar para o SUS pelo agravo do quadro do paciente;
- Aumento do custo da previdência social pelo aumento do número de dias perdidos de trabalho em função do atendimento inadequado;
- Ações judiciais pela inoperância do serviço;
- Aumento do consumo de materiais e medicamentos, pela perda dos mesmos devido às condições inadequadas, gerando impacto negativo na gestão;
- Impacto ambiental negativo pela geração de resíduos excessivos;
- Comprometimento da saúde do trabalhador;
- Aumento dos gastos públicos.

Desde já, esperamos que o Pleno do Conselho Estadual de Saúde mostre apoio aos Servidores do SAMU, a fim de que possamos dirimir paulatinamente nossas dificuldades de trabalho e solucionando os problemas.

AJUDEM AQUELES QUE SEMPRE OS SOCORRERAM.